

#### Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

Balanco Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração do Fluxo de Caixa				
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020		2021	2020		
<b>Ativo</b>				<b>Capital social</b>				<b>Lucros acumulados</b>				
<b>Circulante</b>		<b>21.319</b>	<b>16.427</b>	<b>Reservas</b>		<b>5.123</b>		<b>Total</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.241	9.350	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>13.947</b>		<b>19.070</b>				5.667
Consumidores e concessionárias	5	4.345	5.193	Juros sobre o capital próprio				(819)	(819)			2.541
Impostos a recuperar	6	1.025	1.409	Lucro líquido do exercício				4.510	4.510			31
Outros ativos circulantes		708	475	Destinação do resultado do exercício								36
<b>Não circulante</b>		<b>25.549</b>	<b>27.261</b>	Constituição de reserva legal				(225)	(225)			1.002
Depósitos judiciais e cauções	7	3.200	3.101	Destinação de dividendos de 2019				(2.258)	(2.258)			152
Direito de uso	9	1.657	1.399	Destinação de dividendo mínimo obrigatório				(35)	(35)			139
Imobilizado	10	20.549	22.557	Destinação para reserva de lucros				2.563	(2.563)			159
Intangível	11	143	204	Destinação para reserva de incentivo fiscal				868	(868)			277
<b>Total dos ativos</b>		<b>46.868</b>	<b>43.688</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>13.947</b>		<b>6.521</b>				9.427
<b>Passivo</b>				Juros sobre o capital próprio				(982)	(982)			8
<b>Circulante</b>				Lucro líquido do exercício				5.075	5.075			9.366
Fornecedores		5.162	4.152	Destinação do resultado do exercício								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	2.565	2.145	Constituição de reserva legal				254	(254)			
Arrendamento	13	246	165	Destinação para reserva de lucros				2.862	(2.862)			
Impostos a recolher	4	245	814	Destinação para reserva de incentivo fiscal				977	(977)			
Dividendos e JSCP	18	1.566	731	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>13.947</b>		<b>10.614</b>				24.561
Encargos setoriais			3	<b>Capital social</b>								
<b>Não circulante</b>		<b>17.145</b>	<b>19.068</b>	<b>Reservas de lucro</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	9.166	11.464	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>46.868</b>		<b>43.688</b>				
Arrendamento	13	1.592	1.354									
Provisão para descomissionamento	16	1.487	1.328									
Impostos diferidos	17	4.726	4.753									
Partes relacionadas	8	174	169									
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>24.561</b>	<b>20.468</b>									
Capital social	18	13.947	13.947									
Reservas de lucro		10.614	6.521									

Demonstração do Resultado			
	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	20	14.640	12.561
Custo de operação	21	(5.245)	(5.050)
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.395</b>	<b>7.511</b>
Administrativas e gerais	21	(1.909)	(1.494)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>7.487</b>	<b>6.017</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
Receitas financeiras		639	540
Despesas financeiras		(1.489)	(1.895)
Variação monetária		(970)	265
		(1.820)	(1.080)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>5.667</b>	<b>4.937</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(618)	(550)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	26	123
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.075</b>	<b>4.510</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Quantidade de ações no final do exercício		13.947.531	13.947.531
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,3639	0,3234
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.075</b>	<b>4.510</b>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>5.075</b>	<b>4.510</b>

#### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**1. Contexto operacional:** A Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em abril de 2005, com sede em Mataraca, no Estado da Paraíba. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e indiretamente controlada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 10,2 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender ao disposto no contrato de compra e venda de energia CT - PROINF/ EOLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de Janeiro de 2005, firmado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, por um prazo de 20 anos a partir de 31 de outubro de 2007. O registro na ANEEL se deu por meio da Resolução Autorizativa nº 13/2004, publicado no Diário Oficial em 22 de janeiro de 2004, sendo que suas operações tiveram início em 28 de novembro de 2007. O prazo de duração da autorização é de 30 anos.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 17 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido à incerteza inerente à determinação dessas premissas e estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido à imprevisão inerente ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 17); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 10 e 11); Provisões para descomissionamento (Nota 16); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 23). **Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19):** Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: a) **Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19:** A Companhia avaliou a posição de seu contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nos dados contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeira atual dos seus credores. b) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis. c) **Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores:** A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. d) **Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas - covenants:** A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus Índices de liquidez. Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos em suas operações por conta da COVID-19. **3. Políticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos como atividades de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamento contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo esta uma estratégia financeira e não operacional. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia firmados entre a Companhia e a Eletrobrás pelo prazo de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos. **3.3. Imobilizado:** Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente sob base em suas vidas úteis específicas. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	25 anos	
Construções	10 a 30 anos	
Outros ativos	20 anos	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos. **3.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisões para descomissionamento:** Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Essa provisão é constituída nas usinas de energia eólica para cumprir com as responsabilidades relativas a reposição dos terrenos, devido à existência de um contrato de arrendamento que determina que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições iniciais. **3.6. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas. **3.7. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo). Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributária e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação do ICPPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade. (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. **3.9. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado à realização dos créditos é baixo e não há históricos de perda. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** O CPC 48 exige que a Companhia e sua controlada assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.10. Arrendamento:** O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia mantém contratos de arrendamento de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esse contrato é considerado como arrendamento mercantil conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Direito de uso (nota 9) e Arrendamentos (nota 13).

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	1.506	522
Aplicações financeiras de curto prazo	13.735	8.828
	15.241	9.350

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes:**

	Corrente a Vencer	Até Mais de Saldo líquido	Saldo líquido
	60 dias	60 dias em 31/12/2021	em 31/12/2020
<b>Circulante</b>			
Suprimento de energia			
Eletrobrás	2.126	2.219	4.345
<b>Total Circulante</b>	<b>2.126</b>	<b>2.219</b>	<b>5.193</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>13.947</b>	<b>5.123</b>
Juros sobre o capital próprio		
Lucro líquido do exercício		
Destinação do resultado do exercício		
Constituição de reserva legal		
Destinação de dividendos de 2019		
Destinação de dividendo mínimo obrigatório		
Destinação para reserva de lucros		
Destinação para reserva de incentivo fiscal		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>13.947</b>	<b>6.521</b>
Juros sobre o capital próprio		
Lucro líquido do exercício		
Destinação do resultado do exercício		
Constituição de reserva legal		
Destinação para reserva de lucros		
Destinação para reserva de incentivo fiscal		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>13.947</b>	<b>10.614</b>

perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **6. Impostos a recuperar:**

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	15	5
Impostos a compensar (IRPJ e CSLL)	544	750
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	19	255
Impostos e tributos a compensar (outros)	447	399
	1.025	1.409
Ativo circulante	1.025	1.409

Os valores a recuperar de impostos têm sua origem principalmente nas retenções de fonte quando

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 da Millennium Central Geradora Eólica S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)		2021		2020		Saldo em 31/12/2021		Cenário I		Cenário II		Cenário III		Cenário IV		Cenário V											
		De Gerais e operação		De Gerais e Admin.		De Gerais e operação		De Gerais e Admin.		De Gerais e operação		De Gerais e Admin.		De Gerais e operação		De Gerais e Admin.											
21. Nota de gastos:		833		-		833		779		-		779		11.731		FNE		2.383		2.447		2.510		2.573		2.637	
Encargos de uso do sistema de distribuição		833		-		833		779		-		779		11.731		FNE		2.383		2.447		2.510		2.573		2.637	
Pessoal e Administradores (a)		-		1.100		1.100		-		1.032		1.032		-		-		-		-		-		-		-	
Material		65		-		65		31		-		31		-		-		-		-		-		-		-	
Serviços de terceiros		1.719		-		1.719		1.685		-		1.685		-		-		-		-		-		-		-	
Depreciação		2.201		-		2.201		2.320		-		2.320		-		-		-		-		-		-		-	
Amortização		340		-		340		287		-		287		-		-		-		-		-		-		-	
Provisões civis, fiscais e trabalhistas		71		-		71		-		-		-		-		-		-		-		-		-		-	
Outras (b)		16		808		824		(52)		462		410		-		-		-		-		-		-		-	
Total		5.245		1.908		7.153		5.050		1.494		6.544		-		-		-		-		-		-		-	
a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Pessoal entre a Companhia e sua Controladora. b) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de serviços, materiais e outros custos entre a Companhia e sua Controladora.																											
22. Resultado financeiro: Receltas financeiras																											
Juros e variações monetárias																											
Renda de aplicações financeiras								480		330																	
Descontos Obtidos								15		15																	
Outros juros e variações monetárias								176		218																	
(-) Tributos sobre Receltas financeiras								(32)		(23)																	
Receltas financeiras total								(639)		540																	
Despesas financeiras																											
Encargos de dívida																											
Empréstimos e financiamentos								(1.178)		(1.494)																	
AVP - Ajuste a valor presente								(152)		(139)																	
Provisão para descomissionamento								(159)		(229)																	
Outras despesas financeiras								-		(23)																	
Despesas financeiras total								(1.489)		(1.885)																	
Variação monetária								(970)		265																	
Total variação monetária								(970)		265																	
Total resultado financeiro								(1.820)		(1.080)																	
23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima era de R\$4.345 (R\$5.193 em 2020) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo a Índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Análise da sensibilidade dos passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da FNE para financiamentos junto ao BNB. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do Indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2021, foram definidos cinco cenários diferentes, com base nos valores da FNE vigentes em 2021 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano, sobre o saldo principal e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.																											

Diretoria		Contadora	
Adriana Waltrick - Diretora Geral		Valéria Lopes de Souza - CRC-1SP145065/O-9 S-PB	

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas da Millennium Central Geradora Eólica S.A. Opinião: Examinamos as Demonstrações contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Millennium Central Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

IRPJ / CSLL	2021	2020
Alíquota	5.667	4.937
IRPJ e CSLL	34%	34%
	(1.927)	(1.679)

Lucro antes dos tributos sobre o Lucro

IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes	JSCP	Adições temporárias	Compensação de prejuízo fiscais	Outros	Incentivos fiscais	Lucro da Exploração	Adicional (10%)	IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	Despesa de IRPJ e CSLL	Alíquota efetiva
	334	279	(700)	694	642	977	867	24	24	54
	(618)	(550)								10,90%
	11,13%									

18. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$13.947, representado por 13.947.531 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	5.075	4.510
Constituição da reserva legal - 5%	(254)	(225)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(977)	(868)
Dividendos intermediários - JSCP	(982)	(819)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	2.862	2.598
Destinação do lucro:		
Dividendos complementares	-	35
Reserva de lucros (b)	2.862	2.563
	2.862	2.598

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração. b) Refere-se a retenção de reserva para futura distribuição aos acionistas conforme AGO aprovada. 19. Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potencialmente diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.075	4.510
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	13.948	13.948
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,3639	0,3233
20. Receita operacional líquida:		
Suprimento de energia elétrica	16.132	13.841
Receita operacional bruta	16.132	13.841
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.492)	(1.280)
Total deduções da receita operacional	(1.492)	(1.280)
Receita operacional líquida	14.640	12.561

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

**pwc**  
**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC 2SP000160/O-5

**Adriano Formosinho Correia**  
 Contador CRC 1BA029904/O-5